



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Nova Cartografia Social no Sertão de Pernambuco: reflexões sobre o repertório confrontacional com a produção de mapas

Autoria: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE - Universidade de Pernambuco), Whodson Robson da Silva

A discussão proposta neste work é resultante da agenda de pesquisas na região do Sertão de Pernambuco proposta pelo núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social. Referimo-nos, especificamente, ao campo sociopolítico exposto nos mapas construídos pelos povos e comunidades tradicionais da Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica, locus de uma arena de conflitos entre tais agentes sociais e megaprojetos do Estado. Trata-se de discutir como a invisibilidade de povos e comunidades tradicionais, nos mapas produzidos por instituições públicas e privadas, repercute em estratégias empresarias de negação de existências coletivas na esfera de implementação de tais empreendimentos. Frente a tal contexto, os agentes sociais, a partir do uso e empoderamento da técnica cartográfica, têm visibilizado lutas coletivas e processos de resistências a partir de suas próprias representações. Mais do que isso, estes têm elaborado um repertório de confrontos sociopolíticos em que as cartografias sociais revelam-se como mecanismos de enfrentamentos aos megaprojetos de desenvolvimento. Como recurso etnográfico e político, os mapas nos tem possibilitado a leitura do repertório confrontacional assumido por indígenas e quilombolas diante da ameaça da instalação de projetos de usinas de produção de energia e de extração mineral no Sertão brasileiro. Na direção de complexificarmos o campo social assinalado, situaremos e destacaremos a Nova Cartografia Social no Sertão de Pernambuco, que tem sido construída por povos tradicionais dessa região, num dinâmico contexto de violação e luta por direitos sociais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: